

A posição dos bancos credores

por Walkyria Portes
de São Paulo

Já passa de US\$ 11 bilhões o total de empréstimos concedidos ao Brasil que foram colocados em "regime de caixa" ("non-accrual") por bancos norte-americanos em função da suspensão de pagamentos dos juros sobre a dívida de médio e longo prazo, no dia 20 de fevereiro último. Com isso, a perda de receita neste trimestre, prevista pelos dezesseite bancos que até a última quarta-feira haviam anunciado essa providência, eleva-se a mais de US\$ 215 milhões.

Dos bancos americanos com significativa "exposure" no Brasil, num total de dezessete, treze já tomaram essa medida. O Citibank, o primeiro a comunicar à Securities and Exchange Commission (SEC — a Comissão de Valores Mobiliários norte-americana), no dia 13 de março, que poderia colocar seus empréstimos nessa categoria, caso não voltasse a receber juros brasileiros antes de noventa dias (a contar da moratória), ainda não tomou essa providência. É possível que o assunto seja decidido na reunião de diretoria, marcada para esta terça-feira.

O Citi, o maior credor privado do País, com créditos de US\$ 4,7 bilhões, teria de colocar em regime de caixa US\$ 3,9 bilhões, o que significa uma perda provável de receita de US\$ 50 milhões no primeiro trimestre.

Na hipótese de as negociações do Brasil com seus credores não chegarem a bom termo até o final do ano, a perda potencial para os bancos americanos em 1987 é de cerca de US\$ 2 bilhões.

Essa medida tomada pelos bancos deriva de exigência da legislação americana, que determina que depois de noventa dias da data do vencimento, devem ser retirados dos livros todos os pagamentos mensais contabilizados a partir do último vencimento pa-

go. O prazo de três meses vence no dia 20 de maio próximo.

A onda de reclassificação de débitos brasileiros começou no final de março, depois que uma comissão interdepartamental do governo americano rebaixou o crédito do País para "substandard". Imediatamente, o Bank of America (o segundo maior credor americano, com "exposure" de US\$ 2,79 bilhões), o Morgan Guaranty Trust (o quinto maior, com US\$ 1,9 bilhão) e o Manufacturers Hanover (com US\$ 2,2 bilhões) foram os primeiros a anunciar a contabilização como "non-accrual". Antes, diversos bancos apenas haviam mencionado a possibilidade de fazê-lo.

Dos grandes credores americanos — excetuando-se o Citibank —, o Chase Manhattan foi o último a colocar seus US\$ 2,3 bilhões do total de US\$ 2,82 bilhões que o País lhe deve em "regime de caixa". O First Wisconsin Corporation foi o primeiro banco regional a seguir o exemplo dos maiores. No anúncio que fez, incluiu também a reclassificação do Equador, atingindo US\$ 59,7 milhões.

Os bancos procuraram diminuir o impacto desses anúncios — feitos bem antes do prazo previsto em lei —, argumentando que o principal objetivo é informar os acionistas do montante previsto de suas perdas. Com isso, evita-se especulação no mercado de ações.

OUTROS CREDORES

Os bancos japoneses, liderados pelo Bank of Tokyo, titulares de mais de 10% do total da dívida brasileira, ainda não decidiram como contabilizar os juros não pagos. Mas uma decisão deverá ser tomada até setembro, época de fechamento do balanço semestral. Eles se preocupam com o valor dos impostos, que têm de ser descontados dos juros não recebidos.

Alguns bancos britânicos estão providenciando aumento de provisões para

AS PERDAS COM A MORATÓRIA
em US\$ milhões

Bancos-americanos	Total em regime de caixa	Perdas no trimestre
Chase Manhattan Bank	2.300	67
Bank of America	1.900	40
Manufacturers Hanover	1.400	18
Morgan Guaranty Trust	1.300	20
Chemical Bank	1.060	12
Bankers Trust	540	7
American Express Bank	430	7
Security Pacific	401	7,2*
First Chicago	386	4,7
Continental Illinois	376	10,9
First Interstate Bank	320	4,4
Mellon Bank	310	10,0
Republic New York	179	4,1
Southeast Banking	54,2	0,8
First Wisconsin	59,7*	— **
Republic Bank	— **	2,8
Bank of Boston	— **	— **

* O dado divulgado inclui valores relativos à dívida do Equador

** Dado não divulgado

cobrir a dívida não paga. Eles não estão sujeitos a exigências legais como as que vigoram nos Estados

Unidos, mas estão discutindo uma fórmula comum para contabilizar seus empréstimos ao País.

SEGUROS